

MULHERES DAS GERAÇÕES SANDUÍCHE NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE DADOS CENSITÁRIOS^{1,2}

JESUS, JORDANA CRISTINA³

WAJNMAN, SIMONE⁴

Resumo

O termo Geração Sanduíche tem sido utilizado na literatura para designar os adultos em meia-idade que, simultaneamente, fornecem apoio a seus filhos, ainda dependentes, e a seus pais idosos. Em grande parte das vezes, esse papel é desempenhado pelas mulheres. Nas próximas décadas, espera-se que esse fenômeno se agrave e se torne ainda mais comum, já que a baixa fecundidade levará a adultos com menos irmãos com quem compartilhar a demanda de cuidados por parte dos pais, o aumento na expectativa de vida fará com que cada vez mais esses adultos tenham pais vivos e que os filhos continuem adiando a saída da casa dos pais. O objetivo é analisar as mulheres dessa geração no Brasil, a partir do Censo Demográfico de 2010. Um modelo de regressão logística foi empregado, para estimar a probabilidade de que uma mulher, com idade entre 40 e 50 anos, possua mãe corresidente, dada a existência de filho corresidente, segundo características demográficas e socioeconômicas. Observou-se que 35% delas são responsáveis pelo domicílio e 75% delas possuem cônjuge corresidente, 67% são economicamente ativas e uma parcela considerável delas tem baixo nível de instrução, 47%. A regressão confirmou o efeito “U” invertido da renda sobre chance de corresidência com a mãe. É mais provável que mulheres de alta escolaridade, economicamente inativas e com cônjuge no domicílio venham a corresidir com suas mães, ainda com filhos conviventes. O uso apenas da corresidência como única forma de transferência é uma limitação e ilustra o quão pouco se conhece das famílias no Brasil para além dos limites do domicílio. Entretanto, um passo importante foi dado rumo ao melhor conhecimento do perfil dessa geração. Acreditamos que uma atenção especial deve ser dada a essas mulheres, no planejamento de políticas públicas que considerem o novo cenário demográfico do país.

Palavras-chave: suporte intergeracional, geração sanduíche, domicílios multigeracionais

¹Trabalho apresentado no VI Congresso da Associação Latino-americana de População realizado em Lima- Peru, de 12 a 15 de agosto de 2014.

² Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Demografia/Cedeplar/UFMG.

³Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas - Cedeplar. jordanacje@gmail.com

⁴Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Ciências Econômicas - Cedeplar. simonewajnman@gmail.com

Introdução

No Brasil, um declínio significativo da mortalidade foi experimentado entre os anos 40 e 60 (Wong e Carvalho, 2006). Esse declínio se manteve ao longo das últimas décadas, porém, de maneira menos acentuada. Segundo dados do IBGE, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer passou de 48 anos, na década de 60, para 74,6 anos em 2012. A redução da mortalidade leva a mudanças na estrutura e no tamanho da rede de parentesco, tornando as famílias cada vez mais “verticalizadas” e aumentando a prevalência de famílias multigeracionais (Bengtson, Rosenthal e Burton, 1990; Wolf, 1994).

Por outro lado, a fecundidade no Brasil também experimentou significativo declínio. A partir da segunda metade da década de 60, essa componente da dinâmica demográfica apresentou uma rápida e sustentada queda. A taxa de fecundidade total (TFT) no Brasil em 1960 girava em torno de seis filhos por mulher, sendo que o censo de 2010 demonstrou uma nova TFT de 1,9, abaixo do nível de reposição. A baixa fecundidade levará, nas próximas décadas, a pessoas de meia idade com menos irmãos com quem compartilhar a demanda de cuidados por parte dos pais idosos e o aumento na expectativa de vida fará com que cada vez mais esses adultos em meia idade ainda tenham pais vivos.

Um processo recente, que também impacta a configuração das famílias e dos domicílios, é o adiamento da saída da casa dos pais por parte dos filhos. Acredita-se que eles têm passado cada vez mais tempo na condição de dependentes, principalmente quando comparados à geração de seus próprios pais. O cenário gerado por essas mudanças é de uma parcela crescente de adultos comprimidos simultaneamente por demandas de seus filhos e de seus pais, o que a literatura internacional classifica como “Geração Sanduíche”. As mulheres são as mais propensas a ocuparem esse papel.

Mesmo com essas mudanças ocorridas no Brasil, que elevaram a probabilidade de ocorrência desse fenômeno, a literatura nacional ainda é incipiente sobre questões multigeracionais, principalmente no que tange à Geração Sanduíche (GS). O presente trabalho pretende contribuir para o melhor entendimento dessa geração no Brasil, ao investigar quais características, entre as mulheres adultas de meia-idade, demonstram maior probabilidade de coresidência multigeracional, com uma geração ascendente e uma descendente simultaneamente, considerando os fatores importantes apresentados na literatura internacional sobre a GS em países desenvolvidos.

Revisão da literatura

O termo “Geração Sanduíche” tem sido utilizado para conceituar os adultos em meia idade que, simultaneamente, criam seus filhos e oferecem suporte a seus pais idosos e frágeis (Grundy e Henretta, 2006). Esses autores levantam duas hipóteses a respeito dessa geração. Uma delas seria que para os pais nesta posição central, as demandas dos filhos quase adultos e dos pais idosos competem entre si e como resultado aqueles que fornecem apoio a um são menos aptos a fornecer para o outro. A hipótese alternativa é que a solidariedade familiar tem uma influência importante, mas não é universal, de modo que alguns pais dessa geração se envolvem em trocas intergeracionais em ambas as direções, havendo uma associação positiva entre fornecer apoio aos pais aos filhos.

O estudo da GS envolve, portanto, pelos menos três gerações simultaneamente. Existe uma extensa e importante literatura sobre transferências e suporte intergeracionais, porém os estudos são em grande parte concentrados na análise apenas de duas gerações concomitantemente, de adultos e seus filhos (Eggebeen, 1992; Aquilino, 2006; Suitor et al, 2007), de adultos e seus pais (Laditka e Laditka, 2001; Davey et al, 2005; Suitor et al, 2006) ou ainda de avós e seus netos (Bryson e Casper, 1999; Hagestad, 2006). No estudo da geração de adultos e de seus pais, o papel dos filhos é apontado como recurso importante na velhice e a chance de viver sozinho diminui pela existência de filhos, além disso, relações de trocas e ajuda mútua entre eles são apontados como os principais responsáveis pela sobrevivência dos idosos mais velhos (Mutchler e Burr, 1991; Saad, 1997).

No passado as relações entre três gerações eram não apenas raras, mas também muito pouco duradouras. Isso porque a alta mortalidade impedia que as gerações coexistem⁵ o tempo suficiente que permitisse esse cenário (Wajnman, 2012). Com o aumento da expectativa de vida, cada vez mais pessoas de meia idade tendem a ter pais ainda vivos. E como consequência das mudanças demográficas, esses pais provavelmente têm menos filhos, aumentando a demanda sobre um número menor de irmãos. O suporte oferecido aos filhos pode durar mais do que o suporte recebido pela própria GS de seus pais, muitas vezes chegando até o início ou meados dos vinte anos, quando eles cursam uma graduação ou estabelecem seus próprios domicílios (Pierret, 2006). Através de dados do *National Longitudinal Survey of Young Women*, dos Estados Unidos, para 1997 e 1999, Pierret (2006) aponta que o grande volume de transferência financeira da GS vai para os próprios filhos, não para seus pais. Ao se incluir o suporte para faculdade, as mulheres dessa geração fazem transferências monetárias até seis vezes maiores a seus filhos do que a seus pais.

Resultados semelhantes foram encontrados por Fingerma et al (2010) na comparação entre as transferências para as gerações ascendente e descendente. Eles também investigaram como os suportes a essas gerações estão associados, para a Philadelphia, em 2001. Modelos multinível revelaram que a maioria dos participantes da pesquisa provê, em média, mais suporte a seus filhos do que a seus pais. Outras modelagens revelaram que os adultos em meia-idade provêem mais suporte a seus descendentes porque eles são vistos como mais importantes do que os pais, além de possuírem maiores necessidades diárias. Pais inabilitados, possivelmente, também podem demandar mais suporte dessa geração. Verifica-se, portanto que a GS responde de maneira distinta a diferentes demandas de suas gerações ascendente e descendente, o que de certa maneira corrobora com uma das hipóteses de Grundy e Henretta (2006) de que estas gerações competem entre si pelos cuidados de sua geração intermediária.

Sobre as demanda por parte dos filhos, Litman (2012) afirma que a taxa de desemprego entre jovens adultos, por exemplo, não afeta apenas essa única geração. Como consequência, muitos filhos retornam para casa dos pais para receber suporte financeiro enquanto estão desempregados, ou até mesmo quando seu emprego recente ainda não é suficiente para pagar as dívidas contraídas até essa idade. Schoeni e Ross (2005) encontraram que os pais continuam dando apoio aos seus filhos adultos à medida que amadurecem, especialmente para pós-graduação. Mitchell (2006) examinou este fenômeno para famílias canadenses e nomeou essa geração de jovens como *Boomerang Age*.

⁵ O termo coexistência será empregado aqui no sentido demográfico de coexistência

Também com intuito de entender como a GS equaciona essas demandas, Grundy e Hernetta (2006) apresentam uma análise dos dados de duas pesquisas nacionais comparáveis, Grã-Bretanha e Estados Unidos. Os resultados demonstram que cerca de um terço das mulheres relataram fornecer ajuda para os membros de ambas as gerações, e que apenas cerca de um quinto não prestou apoio a nenhum dos dois. Os resultados são compatíveis com a hipótese da solidariedade entre as gerações, mas também fornecem alguma evidência de que ter mais filhos associa-se a uma chance reduzida de proporcionar ajuda também aos pais.

Henretta et al (2001) analisaram a relação entre o nível socioeconômico das mulheres e existência de filhos e pais sobreviventes, também para os Estados Unidos e Grã-Bretanha. Os objetivos eram quantificar os resultados de diferentes regimes demográficos sobre a disponibilidade de redes parentais próximas e avaliar possíveis implicações políticas, já que em ambos os países, cada vez mais a responsabilidade da família tem sido enfatizada. Nas coortes examinadas, os entrevistados norte-americanos foram substancialmente mais propensos a ter pais vivos e filhos, mas o padrão de efeitos socioeconômicos é semelhante entre os países, classe socioeconômica mais alta está associada a menos filhos e também a uma maior probabilidade de pais sobreviventes e também a não ter filhos. Também com relação às características das mulheres que compõe a GS, Pierret (2006) demonstra que elas têm mais chances de estarem casadas, fora da força de trabalho, entretanto, com renda superior a outras mulheres da mesma idade. Isso possivelmente tem reflexos sobre a oportunidade e a capacidade de dar suporte aos membros da família estendida.

Agree et al (2003) investigaram os cuidados despendidos aos pais e sogros pelos adultos em meia idade com filhos em casa. Os dados do *General Household Survey*, do Reino Unido, foram utilizados para estimar a prevalência desse cuidado de vias, acima e abaixo, na última década. Mulheres mais escolarizadas começam a cuidar dos pais mais tarde, mas passam mais tempo cuidando dos filhos. A estimativa é que dentre as mulheres mais escolarizadas, aos 45 anos, cerca de 10% fornecem apoio a pai ou mãe enquanto ainda possuem filho com menos de 18 anos em casa.

Os aspectos metodológicos envolvidos no estudo da GS são semelhantes, tendo como foco as mulheres. Esses estudos buscam uma delimitação do intervalo de idade daquelas que possuem filhos e pais sobreviventes e fornecem apoio a ambos. Pierret (2006) destaca que o tamanho da GS depende de como ela é definida, sendo que a proporção de mulheres de 45 a 56 anos que estão de alguma maneira cuidando simultaneamente de seus pais e filhos variou de 1 a 33% com as definições utilizadas. Logo, não apenas a delimitação do intervalo etário é essencial, mas também o modo como se define cuidado, dependência ou transferência, que envolvem as gerações. Os limites de idade, que determinam a população a ser considerada como integrante dessa geração, variam consideravelmente. Grundy e Hernetta (2006) consideram as mulheres com idade entre 55 e 69 anos, já Pierret (2006) estima qual a parcela das mulheres de 45 a 56 anos que fazem parte da GS. A amostra do estudo de Fingerman et al (2010) incluiu adultos entre 40 e 60 anos, não apenas mulheres e Henretta et al (2001), delimitam seu estudo para as mulheres de 55 a 63 anos.

No Brasil, Motta (2010) desenvolveu um estudo sobre família multigeracional a partir dos resultados de quatro pesquisas realizadas na década passada, na Bahia. A discussão é acerca da família multigeracional contemporânea em dois dos seus segmentos geracionais básicos: os muito idosos, que crescentemente atingem a condição de centenários, e a geração-pivô, conceito semelhante à GS, que é constituída por seus filhos, também idosos, que, além de se

constituírem em seus próprios cuidadores, também apoiam os seus filhos e netos. A autora aborda as questões de gêneros que devem ser incorporadas a esses estudos ao afirmar que as atuais gerações intermediárias ou pivôs foram socializadas pelas gerações mais antigas, principalmente a dos seus pais centenários, para o exercício dos papéis tradicionais – os homens, como provedores; as mulheres, para serem essencialmente cuidadoras. Alguns trechos das entrevistas do trabalho da autora chamam atenção para a visão que pode ser presumida das obrigações do adulto, no caso, filha, que oferta cuidados: “duas filhas moravam na vizinhança, e uma delas era a grande cuidadora dele: ‘Anísia me leva pra tudo quanto é canto. (p.443). “D. Januária [...] vivia com a filha mais moça, que a rodeava de cuidados: ‘A minha vida aqui, ela é a responsável por tudo. Eu era mãe, agora sou filha (riso)’. ‘É ela a chefe da casa, é ela quem manda, é ela quem resolve...” Ou ainda:

Tornaram-se especialmente elucidativos das relações de família entre idosos os depoimentos da filha Hilda, de 70 anos, que era a sua cuidadora, ao mesmo tempo legítimo exemplo da “geração-pivô: apoiando e cuidando da mãe centenária, apoiando financeiramente o filho descasado, de 32 anos (“Casou sem ter ainda condições de casar”) e pagando a pensão alimentícia do neto de 5 anos, que morava com a mãe. (Motta 2010, p.445).

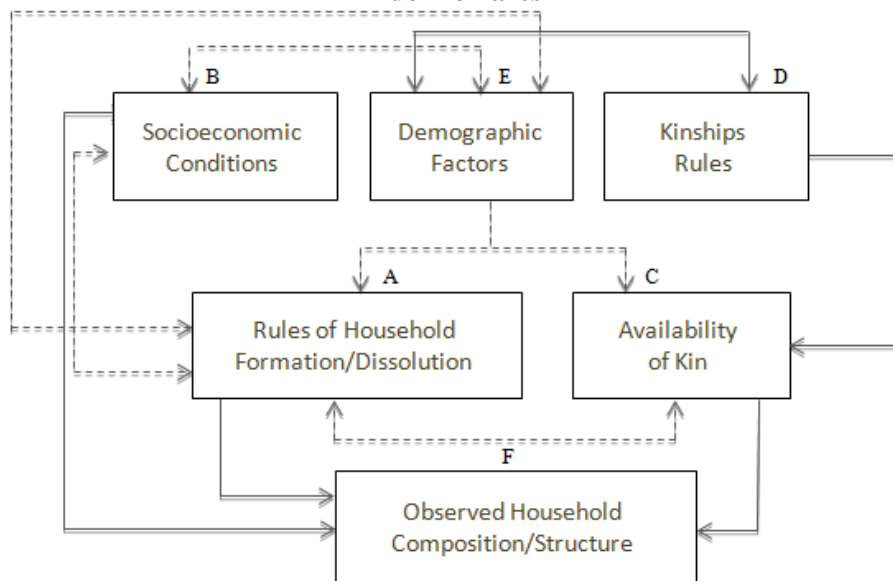
Um ponto que se destaca nas pesquisas sobre famílias multigeracionais no Brasil é que quase a totalidade delas não experimenta pesquisas domiciliares, deixando uma lacuna na literatura com relação a características sociodemográficas, tanto dos indivíduos quanto dos domicílios (Coelho e Ramos, 1999; Herédia et al, 2007; Pavarini, 2009; Victor et al, 2009; Vicente e Sousa, 2010, Motta, 2010) e a proporções confiáveis de pessoas nesses cenários.

Breve contextualização dos arranjos domiciliares e disponibilidade de parentes

Os arranjos domiciliares sofreram mudanças ao longo das últimas décadas em várias partes do mundo e tem recebido cada vez mais atenção na literatura, não sendo, contudo, um tema recente. O marco teórico de De Vos e Palloni (1989), representado na Figura 1, é extremamente útil para entender os condicionantes dos domicílios observados. Ele explicita que há relações diretas e indiretas entre condições socioeconômicas, fatores demográficos, regras de parentesco e de formação e diluição dos domicílios, e por fim, a própria disponibilidade de parentes e os domicílios encontrados. A existência de uma GS está estreitamente ligada à disponibilidade de parentes, já que ela é assim classificada não apenas pelo arranjo do qual faz parte, mas também pela sobrevivência de suas gerações ascendente e descendente, recebendo de algum modo suas transferências fora do domicílio.

Para a GS, tanto em cenário de coresidência quanto apenas de sobrevivência, entre os fatores demográficos determinantes estão a queda da fecundidade e da mortalidade e ainda as mudanças no padrão de morbidade dos idosos. Por um lado, a baixa fecundidade levará, já nas próximas décadas, a pessoas de meia idade com menos irmãos para compartilhar a demanda de cuidados por parte dos pais idosos. Por outro, o aumento na expectativa de vida significa que mais desses adultos em meia idade ainda terão pais vivos. Esses fatores afetam de maneira direta a disponibilidade de parentes. As mudanças no padrão de morbidade dos idosos afeta de maneira significativa a demanda por cuidados e consequente dependência de gerações descendentes, entre elas, a própria GS.

Figura 1 – Restrições e configuração observadas na composição da família e dos arranjos domiciliares



Fonte: Reproduzido de De Vos e Palloni (1989)

Quanto às questões socioeconômicas, cabe ressaltar que as relações já observadas em alguns estudos para países desenvolvidos podem não refletir a realidade do Brasil. A visão desses estudos, em sua grande maioria, é de transferências em mão única, assumindo que o idoso representa demandas para a GS, que não receberia nenhuma transferência em troca. A peculiaridade do sistema previdenciário brasileiro chama atenção nesse campo, já que acaba por conferir poder econômico ao idoso, sendo em alguns casos, a única transferência financeira realizada no arranjo domiciliar. Cotlear e Tornarolli (2011) demonstram que na maioria dos países da América Latina, a incidência de pobreza dos idosos é menor do que na população total. Além disso, os idosos viverão mais e com mais incapacidades aumentando a demanda de cuidado, e ter uma renda possibilita que ele procure um arranjo domiciliar mais satisfatório para o seu bem-estar. Um arranjo domiciliar onde o idoso pode contribuir com renda e receber em troca o cuidado pode ser uma alternativa (Camarano, Kanso, Mello e Pasinato, 2004). Em um estudo de caso feito com beneficiários do BPC⁶ no Maranhão, Barbosa e Silva (2003) mostram que os beneficiários têm baixa escolaridade, vivem em famílias onde os membros estão no mercado de trabalho na informalidade, vieram do interior, ou seja, não estão aptos a receberem a aposentadoria rural e como não contribuíram para a previdência social, também não estão aptos a receber a aposentadoria contributiva. Nesse sentido, as transferências se dão do idoso em condição econômica estável através do BPC para membros mais jovens da família, com condição menos favorável. Essa transferência de renda não só garante uma renda mínima, como também pode representar uma mudança nas relações deste idoso com as gerações mais novas, já que em muitos casos o BPC é a única renda formal dessas famílias (Carvalho e Lazo, 2012).

⁶ Programa de transferência de renda com início em 1996 que atende a uma população que vive em extrema pobreza. O valor do benefício de um salário mínimo não pode ser alterado por questões políticas, apenas por emenda constitucional.

Do lado dos determinantes de natureza socioeconômica e institucional, a melhoria das condições de seguridade dos mais velhos, comparativamente aos jovens, e os desafios da inserção destes no mercado de trabalho, favorecem o compartilhamento com os pais (ainda relativamente jovens e saudáveis) das tarefas e custos da procriação, muitas vezes precoce (Wajnman, 2012).

A coresidência com as gerações ascendente e descendente é condição suficiente para classificar a geração intermediária entre elas como GS, mas não é condição necessária. Como as transferências não se limitam a coresidência, não se pode considerar apenas a perspectiva dos arranjos domiciliares que contem essas três gerações. A coexistência dessas gerações, que não está delimitada pelo domicílio, também pode estar associada à realização de transferências, nas duas direções, o que também classifica a geração intermediária como GS. O estudo apenas da coresidência se apresenta mais viável pela disponibilidade de dados censitários para o domicílio, o que limita o estudo adequado das relações familiares que extrapolam os limites domiciliares. Assim, para os propósitos deste trabalho, somos levadas a definir a GS apenas segundo a disponibilidade e a coresidência. Existe ainda outro limitador, o fato de possuímos informações de sobrevivência apenas materna e a informação de filhos tidos só é coletada para as mulheres. Isso faz com que as relações estudadas sejam apenas de mãe e filhas, que representam a GS.

Assim, o grupo mais amplo de mulheres potencialmente ensanduichadas será composto por uma geração de mulheres adultas que, simultaneamente, tem mãe sobrevivente e filhos coresidentes. A disponibilidade, representada como a sobrevivência materna, aponta para uma potencial possibilidade de transferência. Nem todas as mulheres com mães vivas devem realizar transferências de cuidado ou financeiras, mas é necessário que essas estejam vivas para que tal transferência seja possível. Assim, frente à disponibilidade, a mulher pode vir ou não a coresidir com sua mãe e dado que o realiza, uma explícita transferência pode ser encontrada.

Metodologia

Para avaliar os arranjos domiciliares e as mulheres inseridas em cenários de coresidência e coexistência multigeracional, foram utilizados dados censitários brasileiros de 2010. Para classificar as mulheres como integrantes dessa geração são necessários dois pressupostos: a coresidência é um tipo de transferência e a existência de mãe viva fora do domicílio será uma *proxy* para uma possível relação de transferência para uma geração ascendente, diferente da existente dentro do domicílio, quando as três gerações são coresidentes.

Foi utilizado um modelo de regressão logística, com o intuito de estimar a probabilidade de possuir mãe coresidente, dada a presença de filhos e suas características demográficas. Apesar da divergência entre as idades utilizadas na literatura da GS, o intervalo etário de 40 a 50 anos é comum à maioria dos trabalhos, sendo este o recorte etário empregado. Na regressão, foram empregadas variáveis demográficas e socioeconômicas. A variável resposta é possuir ou não mãe coresidente, que também é uma medida de composição de domicílio observada (Figura 1). As variáveis explicativas estão associadas aos fatores sugeridos pelo esquema de restrições e configurações de De Vos e Palloni (1989). A disponibilidade de parentes será utilizada como uma restrição, apenas serão estudadas as mulheres que possuem mãe vivas e filhos coresidentes. Entre as condições socioeconômicas consideradas estão a escolaridade da mulher, nível de instrução do responsável pelo domicílio e da própria mulher,

condição de atividade econômica (não ativo/ativo) e decil de renda domiciliar per capita. Fatores demográficos seriam a própria presença de filhos corresidentes, a idade da mulher, presença de cônjuge no domicílio, ser responsável pelo domicílio, situação do domicílio (rural/urbana), região do domicílio.

Resultados

A Tabela 1 demonstra os níveis de análise aplicados à população feminina para se determinar o grupo de interesse. As mulheres representam cerca de 51% da população total no Brasil. Com relação à distribuição etária, aproximadamente 14% delas estão entre 40 e 50 anos. Já nesse grupo, observa-se a disponibilidade de mãe sobrevivente para quase 64% delas. A parcela dessas mulheres, com filho(s) corresidente e mãe sobreviventes é de 49%, isso representa cerca de 7 milhões de mulheres.

Tabela 1 - Brasil – 2010. Detalhamento da população feminina quanto ao cenário de corresidência e cossobrevivência com filho e mãe, conforme corte etário selecionado

Grupo	Frequência	%
População total	190,732,694	100.00
População feminina	97,330,894	51.03
Mulheres entre 40 e 50 anos	13,724,112	14.10
Possui mãe sobrevivente	8,804,464	9.05
Possui mãe sobrevivente e filho corresidente	6,935,277	7.02
Possuem mãe e filho corresidente	530.035	0.54

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Quanto às características dessas mulheres, observa-se que 35% são as responsáveis por seus domicílios, são na sua maioria mulheres brancas, 75% delas possuem cônjuge corresidente, 67% são economicamente ativas e uma parcela considerável delas tem baixo nível de instrução, 47%, mas também destaca-se que 12.8% delas possuem ensino superior (Tabela 2).

Tabela 2 – Estatísticas descritivas das mulheres de 40 a 50 anos, que possuem filho corresidente e mãe sobrevivente, Brasil – 2010 (continua)

Relação com o responsável pelo domicílio	Frequência	Percentual
Pessoa responsável pelo domicílio	2.442.745	35,2
Cônjuge ou companheira	3.898.474	56,2
Filha do responsável e do cônjuge	100.422	1,4
Filha somente do responsável	219.170	3,1
Mãe, madastra	175.726	2,5
Outros	98.740	0,1
Presença de cônjuge no domicílio		
Não	1.706.218	24,6
Sim	5.229.059	75,4

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das mulheres de 40 a 50 anos, que possuem filho corresidente e mãe sobrevivente, Brasil – 2010 (continua)

Raça	Frequência	Percentual
Branca	3.686.705	53,1
Preta	447.997	6,4
Amarela	80.410	1,1
Parda	2.699.560	38,9
Indígena	20.604	0,3
Presença de cônjuge no domicílio		
Não	1.706.218	24,6
Sim	5.229.059	75,4
Raça		
Branca	3.686.705	53,1
Preta	447.997	6,4
Amarela	80.410	1,1
Parda	2.699.560	38,9
Indígena	20.604	0,3
Nível de instrução da mulher		
Sem instrução e fundamental incompleto	3.012.753	43,4
Fundamental completo e médio incompleto	1.109.524	16,0
Médio completo e superior incompleto	1.777.270	25,6
Superior completo	1.035.729	14,9
Nível de instrução do responsável pelo domicílio		
Sem instrução e fundamental incompleto	3.288.774	47,4
Fundamental completo e médio incompleto	1.084.408	15,6
Médio completo e superior incompleto	1.674.383	24,1
Superior completo	887.713	12,8
PEA		
Não economicamente ativas	2.281.330	32,8
Economicamente ativas	4.653.947	67,1
Rural/urbano		
Rural	853.649	12,3
Urbano	6.081.628	87,6
Região		
Norte	451.049	6,5
Nordeste	1.768.422	25,5
Sudeste	3.095.826	44,6
Sul	1.120.761	16,1
Centro-oeste	499.219	7,2
Total	6.935.277	100,0

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Tabela 2 – Brasil – 2010. Estatísticas descritivas das mulheres de 40 a 50 anos, que possuem filho corresidente e mãe sobrevivente (conclusão)

	Média	Desvio Padrão
Idade	44,4	3,1

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

A análise do modelo de regressão logística apresentado na Tabela 3 demonstra as especificidades encontradas no estudo desse tipo de arranjo. As mulheres de 40 a 50 anos, que ainda corresidem com seus filhos, tem uma probabilidade predita de 0.0591 de corresidir também com sua mãe, caso em que a transferências entres essas gerações são explícitas.

A presença de cônjuge significa probabilidades consideravelmente maiores de corresidir também com a mãe e, com isso, o arranjo mais provável seria de casal com filhos com extensão por parte da mãe da mulher da GS. Esse resultado é consistente com o coeficiente encontrado para a responsabilidade pelo domicílio: as mulheres têm maiores probabilidades de residir com suas mães quando não estão à frente da chefia. Quanto maior o nível de instrução da mulher, maior a chance de que ela venha corresidir com sua mãe, entretanto, quando avaliado o aumento da escolaridade do responsável pelo domicílio, verifica-se que essa probabilidade diminui de maneira acentuada. Isso significa que para mulheres de mesmo nível educacional, aquelas cujo cônjuge possui maior escolaridade possuem menor probabilidade de mãe corresidente. As mulheres economicamente inativas têm maiores chances de possuir a mãe corresidente. O comportamento da renda sobre a probabilidade de corresidir com a mãe (Gráfico 1) corrobora com os resultados já demonstrados na literatura. Ele sugere um formato “U” invertido, já que para menores estratos de renda e para os maiores encontram-se menor probabilidade de corresidir com a mãe. Isso ocorre porque os muito pobres não seriam capazes de arcar com a elevação de despesa decorrente do acolhimento de um outro parente e os muito ricos, por sua vez, poderiam manter os benefícios da proximidade familiar bancando as despesas com domicílios separados (Kennedy e Ruggles, 2012; Wajnman, 2012).

Tabela 3: Brasil – 2010. Coeficientes estimados a partir do modelo logístico para a probabilidade de ter mãe corresidente (continua)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	P> z
Presença de cônjuge no domicílio			
Sem cônjuge no domicílio			
Com cônjuge	2,265*	0,003	0,000
Raça/cor			
Branca			
Preta	-0,026*	0,007	0,000
Amarela	0,268*	0,014	0,000
Parda	-0,093*	0,004	0,000
Indígena	0,043	0,032	0,179

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Tabela 3: Brasil – 2010. Coeficientes estimados a partir do modelo logístico para a probabilidade de ter mãe corresidente (conclusão)

Variável	Coeficiente	Erro padrão	P> z
Nível de instrução do responsável			
Sem instrução e fundamental incompleto			
Fundamental completo e médio incompleto	-0,891*	0,005	0,000
Médio completo e superior incompleto	-1,219*	0,005	0,000
Superior completo	-1,318*	0,007	0,000
PEA			
Economicamente não ativas			
Economicamente ativas	-0,350*	0,004	0,000
Decil de rendimento domiciliar per capita			
1°			
2°	1,234*	0,011	0,000
3°	1,436*	0,011	0,000
4°	1,611*	0,011	0,000
5°	1,703*	0,011	0,000
6°	1,729*	0,011	0,000
7°	1,706*	0,011	0,000
8°	1,667*	0,011	0,000
9°	1,623*	0,011	0,000
10°	1,359*	0,012	0,000
Responsabilidade pelo domicílio			
Não chefes			
Chefes	-1,802*	0,004	0,000
Situação do domicílio			
Rural			
Urbana	0,150*	0,006	0,000
Região			
Norte			
Nordeste	0,196*	0,007	0,000
Sudeste	0,005	0,007	0,508
Sul	-0,122*	0,008	0,000
Centro-oeste	-0,329*	0,009	0,000
Idade	-0,004*	0,001	0,000
Constante	-6,402*	0,026	0,000

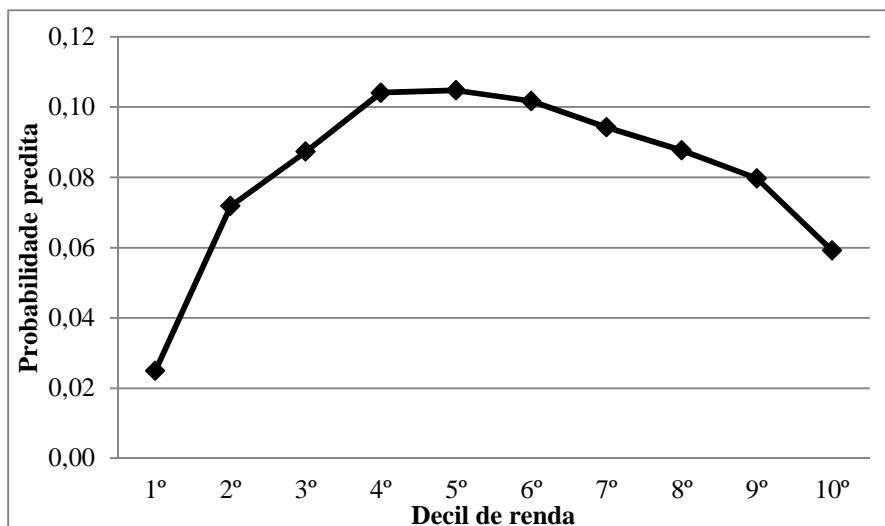
Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2010

Nota: * significativo ao nível de 1%

Apesar das diferenças de disponibilidade de gerações ascendentes na região Nordeste, essa região é a que apresenta a maior probabilidade predita que uma mulher de 40 a 50 anos corresidente com sua mãe (0,092). Esse é um resultado particular que pode indicar o importante

papel dos benefícios previdenciários, de caráter assistencialista. As transferências nesse caso, devem se dar nas duas vias, o que como dito anteriormente, pode ser uma característica diferente da GS no Brasil quando comparada às mulheres de países desenvolvidos, que a literatura sugere transferências unilaterais.

Gráfico 1: Brasil – 2010. Probabilidades previstas de coresidir com a mãe por decil de renda domiciliar per capita, considerando as mulheres em suas características médias



Fonte: elaborado a partir do Censo Demográfico de 2010

Considerações finais

O uso apenas da coresidência como única forma de transferência é uma limitação desse trabalho, mas é útil para demonstrar e ressaltar o quão pouco se conhece das famílias no Brasil para além dos limites do domicílio. Apesar dessa limitação, um importante passo no sentido de uma melhor compreensão do perfil da GS. No entanto, nessa abordagem, transferências importantes não são medidas. Essas mulheres, como a literatura já indicou, não fornecem apenas apoio financeiro, mas também outros suportes a suas gerações dependentes. Não são medidas as atividades básicas demandas pelos idosos, mesmo que não coresidentes, como levá-los a serviços de saúde, visitas periódicas ou as próprias atividades domésticas aumentadas, além, das demandas simultâneas dos filhos. Essas demandas podem representar grandes pressões sobre saúde da mulher, sua condição no mercado de trabalho, suas escolhas por horas de trabalho semanais, o que, em muitas políticas públicas voltadas para mulheres, tende a ser desconsiderado.

O envelhecimento populacional, processo no qual o Brasil avança, chama cada vez mais atenção para a compreensão de suas implicações, desafios e oportunidades. E é nesse cenário que a GS está ganhando espaço. Atenção especial deve ser dada às mulheres dessa geração, não apenas na literatura, mas também no planejamento de políticas públicas que considerem o novo cenário demográfico do país.

Referências

- AGREE, E. et al. (2003), Simultaneous care for parents and care for children among mid-life British women and men. *Popul Trends*. v. 112, p.29-35.
- AQUILINO, W. (2006), The noncustodial father-child relationship from adolescence into young adulthood. *Journal of Marriage and Family*, v.68, p.929-946.
- BARBOSA, M. M; SILVA E SILVA, M. O. (2003), O Benefício de Prestação Continuada - BPC: desvendando suas contradições e significados. *Ser Social*, n.12, jun., p. 221-244.
- BENGTSON, V., ROSENTHAL, C. and BURTON, L. (1990), *Families and aging: diversity and heterogeneity*. In Binstock, R. H. and George, L. K. (eds), *Handbook of Aging and the Social Sciences*. Third edition, Academic, San Diego, California, 263–87.
- BRYSON, BK.; CASPER, LM. (1999), Coresident Grandparents and Grandchildren. *Current Population Reports*, p.23-198, May.
- CAMARANO, Ana Amélia et al . (2004), Caminhos para a Vida Adulta: As Múltiplas Trajetórias dos Jovens Brasileiro. *Ultima década*, Santiago, v. 12, n. 21, dic. .
- CAMARANO, A. A., KANSO, S., MELLO, J. L., PASINATO, M. T. (2004), Famílias: espaço de compartilhamento de recursos e vulnerabilidades. In: CAMARANO, A. A. (Org.) *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, p. 137-168.
- CARVALHO, DF; LAZO GV. (2012), Os arranjos domiciliares dos idosos atendidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Águas de Lindóia/SP – Brasil, de 19 a 23 de novembro.
- COELHO FILHO, JM.; RAMOS, LR. (1999), Epidemiologia do Envelhecimento no Nordeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. *Revista de Saúde Pública*; v.33, n.5, p. 445-53.
- COTLEAR, D. E, TORNAROLLI, L. (2011), Poverty, the aging and the life cycle in Latin América. In: COTLEAR, D.E. (Ed), *Population Aging: is Latin America ready?* Washington, D.C: The World Bank, p. 179-134.
- DAVEY, B. et al. (2005), Integrating health and social care: implications for joint working and community care outcomes for older people. *Journal of Interprofessional Care*. v.19, n.1, p.22-34.
- DE VOS, S.; PALLONI, A. (1989), Index: Demography. *Population Index*, v.55, n.2, p-174-198.
- EGGEBEEN DJ. (1992), Changes in sibling configurations for American preschool children. *Soc Biol*. Spring-Summer, v.39(1-2), p.27-44.
- FINGERMAN, K.L., et al. (2010), Who Gets What and Why? Help Middle-Aged Adults Provide to Parents and Grows Children. *Journal of Gerontology: Social Sciences*. V. 66, n.1, p-87-98.
- GRUNDY, E., HENRETTA, JC. (2006), Between elderly parents and adult children: a new look at the intergenerational care provided by the ‘sandwich generation’. *Ageing and Society*, v.26, p.707-722.
- HAGESTAD, GO; UHLENBERG, P. (2005), Adult intergenerational relationships. The social separation of old and young: a root of ageism. New York e Geneve. v.61, p.343-360,

- HENRETTA, JC. et al. (2001), Socioeconomic differences in having living parents and children: A US-British comparison of middle-aged women. *Journal of marriage and the family*, v.63, n.3. p.852-867.
- HEREDIA, VB. et al. (2007), Impactos da longevidade na família multigeracional. *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v.10, n.1.
- HUGHES, ME. et al. (2007), All in the Family: The impact of caring for grandchildren on grandparents' health. *Journal of Gerontology*, v.62, n.2.
- KENNEDY, S.; RUGGLES, S. (2012), Single Parenthood and Intergenerational Coresidence in Developing Countries. *2012 European Population Conference (extended abstract)*. Stockholm.
- LADITKA, SB. e LADITKA JN. (2001), Effects of Improved Morbidity Rates on Active Life Expectancy and Eligibility for Long-term Care Services. *Journal of Applied Gerontology*, v.20,n.1, p.39-56, .
- LITMAN, AN., (2012), "Intergenerational Support Systems: An Exploration of Multigenerational Support Exchange" . *Scripps Senior Theses*. Paper 131.
- MOTTA, AB. A (2010), Família multigeracional e seus personagens. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 111, p. 435-458, abr.-jun
- MITCHELL, BA. (2006), The Boomerang Age from Childhood to Adulthood: Emergent Trends and Issues for Aging Families, *Canadian Studies in Population*, Vol. 33.2, p.155-178
- MUTCHLER, JE; BURR, JA. (1991), A Longitudinal Analysis of Household and Nonhousehold Living Arrangements in Later Life. *Demography*. v. 28, n. 3,p. 375-390, aug..
- PAVARINI, SC et al. (2009), Família e vulnerabilidade social: um estudo com octogenários. *Rev. Latino-Am. Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 17, n. 3, Junho/.
- PIERRET, CR., (2006), The “Sandwich Generation”: Women Caring for Parents and Children, *Monthly Lab. Rev*, v.3, p.3-4, Sept..
- RAMOS, LR. et al (1993), Perfil do idoso em área metropolitana na região sudeste do Brasil: resultados de inquérito domiciliar. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 27, n. 2, abril/.
- RUGGLES, S. (1993), The effects of Demographic Change on Multigenerational Family Structure: United States Whites, 1880-1980. *America*, p-1-20.
- SAAD, P, M. (1997), Transferências de apoio entre idoso e a família no Nordeste e no Sudeste do Brasil. *Rev. Bras. Estudos Pop*, Brasília. 14 (1/2).
- SCHOENI, R., KAREN R. (2005), “Material Assistance Received from Families During the Transition to Adulthood” . Chapter 12 of *On the Frontier of Adulthood: Theory, Research, and Public Policy*. Edited by Richard A. Settersten, Jr., Frank F. Furstenberg, Jr., and Ruben G. Rumbaut. University of Chicago Press.
- SUITOR JJ., et al. (2006) Within-family differences in mothers’ support to adult children. *Journal of Gerontology: Social Sciences*, v.16B, S10–S17,
- SUITOR JJ., et al. (2007) When mothers have favorites: Conditions under which mothers differentiate among their adult children. *Canadian Journal on Aging*, v.26 p.85–100,

VICENTE, HT., SOUSA, L. (2012)Relações intergeracionais e intrageracionais: a matriz relacional da família multigeracional. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, v. 15, n.1, p.99-117,

VITOR, JF. et al. (2009), Perfil sociodemográfico e clínico de idosos atendidos em Unidade Básica de Saúde da Família. *Acta Paulista de Enfermagem*, v.22, v.1, p-49-54,

WAJNMAN, Simone. (2012), “Demografia das Famílias e dos Domicílios Brasileiros”. Tese de Concurso Professor Titular – FACE/UFMG. Belo Horizonte, 161 p.

WOLF, D. A. (1994), The elderly and their kin: patterns of availability and access. In Martin, L. G. and Preston, S. H. (eds), *The Demography of Aging*. National Academy Press, Washington DC, 146–94.